

Especialistas da ONU criticam lei do repatriamento da União Europeia

DIREITO À VIDA

Dez especialistas das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos criticaram a "lei do retorno" da União Europeia (UE), que cria novas regras para o regresso dos imigrantes ilegais aos seus países, lembrando que eles "não são criminosos", embora a lei da UE os encare como tal.

"Uma das principais preocupações está ligada aos procedimentos de detenção dos imigrantes", destacam os especialistas numa carta dirigida à União Europeia.

"A lei prevê períodos de detenção de até 18 meses, o que parece excessivo", afirmam os especialistas. A lei do repatriamento foi aprovada pelo Parlamento Europeu (PE) em 18 de Junho passado e foi votada pelo Conselho da UE em 24 e 25 de Julho.

A lei harmoniza as condições de expulsão dos imigrantes ilegais da UE e prevê períodos de detenção até 18 meses para certos casos, além de uma proibição de retorno ao território da UE por cinco anos. Os especialistas destacam que "os imigrantes ilegais não são criminosos" e, portanto, "não devem ser submetidos a detenção". "Os Estados membros precisam analisar alternativas à detenção e qualquer privação de liberdade deve ocorrer pelo período mais curto possível".

A carta é assinada, entre outros, pelos relatores especiais da ONU sobre prisão arbitrária, venda de crianças, direito à educação e liberdade religiosa.

AFP